



PONTOS
CONTRA

* Graduada em
Educação Especial/
UFSM, Especialista em
Gestão Educacional/
UFSM, Mestranda
em Educação/UFSM.
Integrante do Grupo
de Pesquisa CNPq
Educação Especial:
Interação e Inclusão
Social. E-mail:
*tatinegrini@yahoo.
com.br*

ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO E SEU ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA PÚBLICA: uma discussão sobre a inclusão e a gestão educacional

HIGH ABILITY/GIFTED PUPILS AND HOW THEY ARE
SERVED IN A PUBLIC SCHOOL: a discussion on inclusion
and educational management

** Professora Doutora
do Departamento de
Educação Especial
e do Programa de
Pós-Graduação
em Educação da
Universidade Federal
de Santa Maria.
Coordenadora do
Grupo de Pesquisa
CNPq Educação
Especial: Interação e
Inclusão Social. E-mail:
*sonaianfreitas@yahoo.
com.br*

Tatiane Negrini*
Soraia Napoleão Freitas**

Correspondência:
SQN 402 Bloco
E Aptª 306 – Asa
Norte. Brasília – DF -
Cep:70834-050

Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida durante o Curso de Especialização em Gestão Educacional/UFSM, numa Escola da Rede Estadual de Santa Maria que possui alunos identificados com características de altas habilidades/superdotação. Tem como objetivo investigar como uma escola, através do processo de gestão educacional, organiza suas propostas administrativas e pedagógicas para promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com características de altas habilidades/superdotação. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso e utiliza como instrumentos a pesquisa documental, uma entrevista semi-estruturada com os professores dos alunos identificados com altas habilidades/superdotação e uma entrevista semi-estruturada com um membro da coordenação escolar, além da observação em sala de aula.

Abstract

Artigo recebido em
28/08/2008
Aprovado em
04/11/2008

This research was developed during the Specialization Course in Educational Management/UFSM, at a State School in Santa Maria, which has pupils identified as having high abilities/giftedness. Its objective is to investigate how a school, through its process of educational administration, organizes its teaching and

administrative proposals to promote the development of potential of students with high abilities/giftedness. The research uses a qualitative approach, of the case study type, and the tools of document search, semi-structured interviews with teachers of students identified as having high abilities/giftedness, and a semi-structured interview with a member of the school administration, as well as observation in the classroom.

Palavras-chave

Educação Especial. Altas habilidades/superdotação. Gestão Educacional.

Key words

Special Education. High abilities/giftedness. Educational Management.

Esta pesquisa surgiu do estudo realizado durante o Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Baseando-se nas Políticas Públicas Educacionais de Educação Especial vigentes no Brasil, que tratam do direito da pessoa com deficiência à educação na escola de ensino regular e do atendimento educacional especializado, as escolas devem estar preparadas para receber e atender essas crianças, que além do acesso, necessitam de uma educação de qualidade.

Assim, o objetivo geral foi investigar como uma escola, através do processo de gestão educacional, organiza suas propostas administrativas e pedagógicas para promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com características de altas habilidades/superdotação.

A escola foi selecionada devido ao desenvolvimento de um projeto de identificação de alunos com características de altas habilidades/superdotação, possuindo assim alunos participantes do projeto de extensão da UFSM “PIT – Programa de Incentivo ao Talento”.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, definindo-se como um Estudo de Caso, uma vez que foi realizada em uma única instituição escolar. Os instrumentos de pesquisa foram embasados pela pesquisa documental, que analisou o Projeto



PONTOS CONTRA

Político-Pedagógico da escola e o Regimento Escolar. Também foram coletados os dados através das entrevistas semi-estruturadas com os professores das séries iniciais que possuem em suas turmas alunos com características de altas habilidades/superdotação que participam do Programa de Incentivo ao Talento e uma entrevista semi-estruturada com um membro da equipe coordenadora da escola. Com intuito de alcançar os objetivos propostos, também foram realizadas observações nas salas de aula dos professores entrevistados.

Uma apreciação sobre as altas habilidades/superdotação

A escola, como uma organização complexa que trabalha com a perspectiva de desenvolver as capacidades de todos os alunos, deve reconhecer as diferenças de cada um, respeitando-as a partir da sua singularidade. Este reconhecimento faz com que a instituição escolar inclusiva possa oferecer subsídios para que estes alunos progridam social, cognitiva, afetiva e culturalmente. Estas ações devem estar embasadas nas experiências escolares e nas Políticas Públicas, que garantem o direito dos indivíduos a uma educação de qualidade.

Com isso, é necessário esclarecer o que as Políticas Públicas Educacionais, assim como alguns pesquisadores da área, apresentam sobre as características dos alunos com altas habilidades/superdotação. Nos documentos legais, existem mais de uma definição do que são as altas habilidades/superdotação. O Ministério da Educação e do Desporto, na Publicação das Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotação e Talento traz a seguinte definição:

Altas Habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de 'traços consistentemente superiores' em relação a uma média (por exemplo: idade, produção, ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer. Deve-se entender por 'traços' as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência e duração no repertório dos comportamentos da pessoa, de forma a poderem ser registradas em épocas diferentes e situações semelhantes. Esses educandos apresentam envolvimento com a tarefa, traço que se refere a comportamentos





PONTOS
CONTRA

observáveis na demonstração de expressivo interesse, motivação e empenho pessoal nas tarefas que realiza em diferentes áreas, e criatividade, traço que diz respeito a comportamentos criativos observáveis no fazer e no pensar, expressados em diferentes formas: gestual, plástica, teatral, matemática ou musical, entre outras. (BRASIL, MEC/SEESP, 1995, p. 13).

A partir da definição das características dos alunos com altas habilidades/superdotação, pode-se perceber que estes não apresentam um perfil homogêneo, variando de acordo com o contexto sociocultural em que estão inseridos. Alguns documentos (BRASIL, 1999; BRASIL, 2001) caracterizam as pessoas com altas habilidades/superdotação e mostram que estas estão incluídas no grupo das pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, é necessário que tenham um atendimento educacional especializado nas escolas para o seu maior desenvolvimento.

Entre muitos pesquisadores na área da superdotação, acredita-se que o estudioso Joseph S. Renzulli vem contribuindo de forma significativa na definição de características e na identificação de pessoas com altas habilidades/superdotação. Renzulli (2004) propõe a diferença entre dois tipos de superdotação: a superdotação acadêmica ou intelectual, e a superdotação produtivo-criativa. A superdotação acadêmica é aquela que pode ser identificada facilmente através dos testes padronizados, sendo o tipo mais valorizado nas escolas tradicionais. É o tipo mais utilizado para selecionar educandos para programas especiais. A superdotação produtivo-criativa, segundo Renzulli (2004), narra os aspectos da atividade humana nos quais se incentiva o desenvolvimento de materiais originais, inéditos, expressões artísticas diferenciadas e áreas do conhecimento.

Estudos do autor indicam que a superdotação é uma interação entre a pessoa, o meio em que vive e a área particular do trabalho humano. Renzulli (2004) afirma que quase todas as habilidades humanas podem ser desenvolvidas e por isso a necessidade de maior atenção aos potencialmente superdotados.

Renzulli (2004) mostra que não existe um critério simples para indicar a superdotação. As pessoas que têm alcançado reconhecimento apresentam um conjunto de características bem definidas, que se entrelaçam entre si. São elas: habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade elevada. Este estudo é definido como o Conceito dos Três Anéis. Deve-se evidenciar que somente uma característica não faz a superdotação, porém a interação entre os três grupos seria o necessário para a realização criativo-produtiva.





PONTOS CONTRA

A partir destas colocações, pode-se perceber que os alunos com altas habilidades/superdotação possuem características que permitem sua identificação, de acordo com a perspectiva de cada autor. Cabe aos professores aprofundarem seus conhecimentos sobre estas características, assim como de seus alunos, para reconhecer em alguns deles uma habilidade especial. Somente desta forma a gestão escolar poderá desenvolver um programa de estimulação de talentos dentro da própria escola, ou atividades complementares que enriqueçam a aprendizagem destes alunos.

Com o conhecimento das políticas educacionais internacionais, nacionais e estaduais por parte dos professores e da gestão escolar, poderá ser realizada a identificação dos alunos com altas habilidades/superdotação, assim como desenvolver um trabalho diferenciado que vá ao encontro das reais necessidades destes alunos. Por este motivo, a gestão escolar deve estar consciente dos dispositivos legais que amparam todos os alunos que freqüentam a escola, a fim de contribuir para seu desenvolvimento cognitivo e social, uma vez que as adaptações sugerem alterações curriculares e na sala de aula.

Contextualizando a gestão educacional

Para que se possa refletir sobre a gestão educacional, é importante questionar como a escola vem sendo percebida atualmente. A escola é vista, em sua historicidade, como fenômeno humano, que na sua prática social, envolve indivíduos que se relacionam, que ensinam e aprendem que possuem diferentes objetivos e métodos decorrentes dos objetivos pretendidos. A escola surgiu com o nascimento da sociedade industrial, assim como com a constituição do Estado Nacional. Com a consolidação do capitalismo, reforça-se a convicção de que a educação podia ser mecanismo de controle social. E assim a instituição escolar vai se expandindo.

As transformações vêm ocorrendo e sendo impostas ao sistema educacional, exigindo formas de organização e gestão definidas e claras, a fim de se atingir os objetivos almejados. A organização e a gestão escolar possuem um papel muito importante dentro do contexto escolar, sendo que visam:

- a) prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula;





PONTOS
CONTRA

- b) promover o envolvimento das pessoas no trabalho, por meio da participação, e fazer a avaliação e o acompanhamento dessa participação;
- c) garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005, p. 294).

Nesse sentido, a escola – incluindo os professores, funcionários, pais - é responsável pela inclusão dos alunos no contexto escolar, uma vez que é seu papel promover o desenvolvimento de seus educandos. Com a organização escolar envolvida com esta educação, realmente poderá acontecer a inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A organização da escola possui um papel muito relevante, a fim de atender a diferentes objetivos traçados. Esta organização do sistema de ensino, de acordo com Libâneo; Oliveira e Toschi (2005), pode ser considerada em três grandes vertentes: o sistema de ensino, as escolas e as salas de aula. Com esta compreensão, a escola e o sistema de ensino devem ter claros seus ideais, a fim de realizar um trabalho pelo bem comum. Libâneo; Oliveira e Toschi esclarecem que, para o professor ser um membro ativo nas decisões na escola, é preciso:

[...] conhecer bem a estrutura e a organização do ensino, as políticas educacionais e as normas legais, os mecanismos de sua elaboração e divulgação, bem como desenvolver habilidades de participação e de atuação em colaboração com os colegas de equipe. (2005, p. 300).

A participação do professor nas decisões escolares e o seu conhecimento sobre as políticas educacionais e sobre as normas escolares o tornarão um professor mais ativo também em sala de aula, uma vez que auxiliou nas construções coletivas educacionais e, assim, irá apoiá-las para que sejam colocadas em prática.

Tendo em vista a mudança de paradigmas que hoje a escola vem passando, é necessário pensar em outras formas de organizar a escola, superando a centralização e o modelo estático e segmentado de escola e de direção. Até pouco tempo, o diretor da escola representava a centralização da direção escolar, sendo que respondia por todo o processo de ensino da instituição. Era presente no contexto escolar a hierarquização e a verticalização na condução dos sistemas de ensino e das escolas, a desconsideração dos processos sociais e a individualização, causando um descompromisso das pessoas envolvidas naquele contexto com os resultados das ações do trabalho pedagógico.

Porém, o novo paradigma que se apresenta, resultante das tensões enfrentadas nestes ambientes, traz outra realidade. O sistema de ensino e as instituições de



PONTOS
CONTRA

ensino, como cita Lück (2006, p. 38), “são organismos vivos e dinâmicos e como tal devem ser entendidos”. Estes sistemas caracterizados por suas relações sociais entre seus membros, demandam uma nova forma de organização.

A gestão educacional, portanto, abrange “a dinâmica das interações, em decorrência do que o trabalho como prática social passa a ser o enfoque orientador da ação do dirigente, executada nas organizações de ensino de forma compartilhada e em equipe” (LÜCK, 2006, p. 38). Esta concepção de descentralização do ensino e democratização da escola é um paradigma em processo de transição e tende a avançar nas formas de organização e gestão educacional, que se relaciona à idéia de que cada instituição apresenta características diferentes; de que a escola é uma organização social e por isso tem um processo educacional dinâmico e que os alunos necessitam de um ambiente democrático e participativo para sua formação (LÜCK, 2006).

O termo gestão educacional é utilizado para fazer referência à gestão em âmbito macro, tendo em vista os sistemas de ensino e em âmbito micro, a partir das escolas. Esta concepção de gestão que vem sendo discutida permeia todos os segmentos do sistema, tanto macro como micro.

Assim, pretendeu-se aprofundar a concepção de organização e gestão escolar democrático-participativa, em detrimento das demais concepções abordadas por alguns autores, como Libâneo; Oliveira e Toschi (2005). Esta concepção enfatiza as relações humanas e a participação nas decisões escolares, valorizando os elementos internos do processo organizacional, uma vez que devem estar postas em prática para viabilizar o processo de ensino-aprendizagem. A autonomia é uma característica que representa esta forma de gestão, sendo que um sinal disto é a organização do projeto político-pedagógico da escola.

O projeto político-pedagógico é estruturado em torno de um documento que apresenta o plano de trabalho da escola, indicando os objetivos e os meios para sua execução. Através dele, a escola pode traçar seus objetivos, seu caminho, envolvendo professores, pais, alunos, funcionários e toda comunidade, a fim de que sejam membros empenhados no êxito da instituição, por isso deve ser um documento exclusivo em cada escola.

Com as idéias da gestão participativa, dissemina-se a compreensão de que o projeto político-pedagógico deve ser pensado, discutido e formulado no coletivo escolar, envolvendo todos os membros e a comunidade na tomada de decisões acerca da organização escolar e pedagógica (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).



PONTOS CONTRA

O projeto da escola não basta ser apenas planejado, mas deve ser colocado em prática por todos os membros da instituição. Toda a gestão escolar deve estar comprometida em busca do êxito de seus objetivos e metas. Com o passar do tempo, este projeto deve ser avaliado, considerando os avanços atingidos e o que ainda tem a ser realizado, podendo acrescentar novos temas ou debates necessários e que estiverem presentes no ambiente escolar. Esta avaliação garante que o projeto esteja sempre em consonância às necessidades da instituição.

Em relação à gestão escolar, deve-se salientar o importante papel do professor como gestor da escola e também como gestor da sala de aula. A aprendizagem dos alunos é a razão principal da organização do trabalho da gestão da escola, sendo os professores também responsáveis por esta gestão. De acordo com Aranha:

Reconhecer os docentes como sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, como educadores em toda a dimensão do termo, é essencial. Mas reconhecê-los também como gestores ou co-gestores do seu trabalho é a linha divisória entre uma mudança real ou fictícia no interior das escolas (2005, p. 80).

Dessa forma, o professor deve ser reconhecido como responsável pelo processo de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, assim como pela gestão do seu próprio trabalho. Por este motivo que a inserção do professor na gestão político-pedagógica da escola, nas tomadas de decisões, é de fundamental importância, visto as suas experiências e seus saberes. Nesse sentido, é necessário citar a necessidade da formação continuada dos professores, a fim de atender às especificidades dos alunos de sua sala de aula.

Dessa forma, acredita-se que para acontecer uma gestão democrática, os membros escolares devem estar envolvidos com a ação pedagógica, participando das tomadas de decisões. Assim, a gestão escolar estará atendendo às necessidades dos alunos quando práticas democráticas e coerentes com os objetivos orientadores da escola forem discutidas coletivamente e realizadas conscientemente.

Análise dos dados: relacionando a pesquisa e os dados

Para esta análise, foram selecionadas algumas categorias, que são: altas habilidades/superdotação e gestão educacional, sendo que elas se ramificam em subcategorias.





PONTOS
CONTRA

Os participantes da pesquisa tiveram seus nomes preservados e foi utilizada apenas a letra inicial do nome.

Os dados a respeito da instituição constam no projeto político-pedagógico da escola, construído em 2004, revisado em 2005 e no ano de 2007, em processo de reformulação, assim como algumas informações foram retiradas do Regimento Escolar, de 2006, sendo estes dois documentos disponibilizados pela escola para leitura da pesquisadora.

No projeto político-pedagógico e no regimento da escola, estão apresentados a estrutura escolar, seus objetivos e metas, sendo que em seus objetivos prevêem seminários de formação continuada, interdisciplinaridade, além de assessoramento ao corpo docente com o serviço de supervisão, entre outros. Porém, nestes documentos não estão explícitos aspectos específicos da educação especial, nem mesmo das altas habilidades/superdotação. Novas discussões já aconteceram e o projeto político-pedagógico da escola está sendo reformulado, mas no documento analisado não havia tópicos a respeito da inclusão educacional, assim como do atendimento aos alunos da educação especial, nem mesmo dos alunos com altas habilidades/superdotação. O regimento escolar, ao abordar os diferentes níveis de ensino, apresenta os objetivos da educação especial, porém estes se restringem aos alunos com deficiência mental, não citando outras necessidades educacionais especiais.

Com isso, questiona-se quem os gestores escolares compreendem como alunos da educação especial, pois somente os alunos com deficiência mental estão citados no documento. Conforme visto nas políticas públicas educacionais, os alunos com altas habilidades/superdotação também são considerados alunos desta modalidade de ensino, assim como os alunos com deficiência física, sensorial, com dificuldades de aprendizagem, entre outros.

Quanto à categoria das altas habilidades/superdotação, inicia-se a análise enfatizando as políticas educacionais, entendidas como a organização do sistema em nível macro. É necessário salientar que, para os alunos com altas habilidades/superdotação, não basta garantir o acesso e o ingresso ao ensino, mas também a qualidade de ensino, a permanência bem-sucedida destes no ambiente escolar com a estimulação e o desenvolvimento de suas habilidades.

Dessa forma, para que realmente se almeje a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação, a política deve oferecer subsídios para a permanência bem-sucedida destes alunos na escola e as escolas devem assegurar aos alunos





PONTOS
CONTRA

estes suportes educacionais. Percebe-se que, nos últimos tempos, a inserção dos alunos com altas habilidades/superdotação nas políticas educacionais tem aumentado, porém ainda há desconhecimento por parte dos professores sobre o tema, assim como a falta de aprofundamento na questão, principalmente quanto ao atendimento educacional destes alunos.

Assim, a escola acaba não utilizando as políticas como amparo para sua prática pedagógica, algumas vezes restando somente nos documentos o que existe quanto às altas habilidades/superdotação, não sendo efetivamente postos em prática no exercício pedagógico escolar. Estas políticas devem ser conhecidas pela gestão escolar, a fim de servir como recurso para pesquisa e como instrumento para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, especialmente os alunos com altas habilidades/superdotação.

Com a realização das entrevistas, nota-se que, algumas vezes, os professores acabam construindo modelos de alunos com altas habilidades/superdotação, baseando-se somente nos estereótipos dos alunos. Muitos destes modelos podem ter sido construídos sob mitos que existem a respeito das altas habilidades/superdotação e, com isso, não reconhecem as habilidades dos alunos que estão em suas turmas.

Ao considerar este aluno com suas próprias características, fora daquele modelo idealizado, o gestor escolar poderá organizar estratégias pedagógicas, a fim de enriquecer o atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação. Pode-se compreender que, talvez, seja pelo fato de os gestores escolares ainda não possuírem maiores conhecimentos sobre as altas habilidades, que também não consideram necessário acrescentar no projeto político-pedagógico e no regimento escolar metas e objetivos para atender a estes alunos.

Quanto à categoria da gestão educacional, dá-se início a esta análise pelas questões relacionadas ao projeto político-pedagógico da escola. A partir dos relatos, pode-se perceber que houve uma participação efetiva de todos os membros escolares na construção do projeto político-pedagógico, efetivando o direito de todos de envolver-se e propor metas para a escola, uma vez que o documento representa os objetivos da escola e o caminho para se chegar a eles.

Ao questionar as professoras sobre o que existe sobre educação especial e altas habilidades no projeto político-pedagógico da escola, uma delas respondeu que:

Há uma grande preocupação nossa principalmente nas séries iniciais, que está iniciando a inclusão na escola. Tem sido feito debates e o pessoal tem





PONTOS
CONTRA

chamado pessoas para falar pra gente a respeito disso. Só que eu acho que nós, enquanto professores, vou falar no sentido das séries iniciais, não temos habilidade nem habilitação para trabalhar com estas, no caso, com os especiais. Eu acredito, eu sou uma pessoa que não tenho condições de ter um aluno especial, não saberia nem como proceder com esta criança. Por isso eu acho que, deveria, e aqui na escola tem uma educadora especial para dar este apoio. (Professora M.)

Pode-se notar que poucos itens foram acrescentados no projeto político-pedagógico da escola que tratam da educação especial, sendo que, ao falar nisso, referem-se como um trabalho desenvolvido somente na sala de recursos e pela educadora especial, apesar de haver uma preocupação com a inclusão escolar. Conforme seus relatos, os professores não se sentem preparados para atender a estes alunos nas suas salas, responsabilizando somente a educadora especial por este trabalho.

Considerando a escola como um espaço de realização tanto de objetivos do sistema de ensino como dos objetivos de aprendizagem, a organização e a gestão da escola devem dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005).

Acredita-se que, por falta de um aprofundamento maior sobre o assunto, a escola não propõe ações diferenciadas para o atendimento das necessidades destes alunos. A responsabilidade fica para o professor da sala de aula, que pode planejar novas alternativas no seu plano diário. Um aspecto importante é a disponibilidade da gestão escolar em ter possibilitado a realização da pesquisa que identificou estes alunos com características de altas habilidades/superdotação, dando oportunidade a estes para participarem do projeto de extensão da UFSM, o qual possibilita momentos de estimulação das habilidades dos alunos. Assim, apesar de a escola não ter um planejamento e uma organização específica para o atendimento destes alunos, é aberta para a execução deste projeto, permitindo um atendimento educacional diferenciado.

Ao serem questionadas quanto ao atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação na sala de aula e como estes vêm sendo estimulados, uma das professoras relata:

Não tenho não os tratos ou tenho atividades diferentes para eles. É igual. Eles se destacam, por exemplo, nas respostas, nos trabalhos, nos afazeres deles, e sempre a gente está no debate, eles conversam, eles têm uma colocação diferente dos demais, mas não que sejam tratados, trabalhados de forma diferente. (Professora G.)



Pode-se perceber que os professores da escola que possuem em suas turmas alunos com características de altas habilidades/superdotação, algumas vezes, tentam realizar atividades de estimulação, mas na maioria delas acabam por não dar muita atenção, por haver alunos com dificuldades de aprendizagem. Nota-se que, pelo fato de os alunos com altas habilidades/superdotação conseguirem progredir de maneira mais autônoma nas suas aprendizagens, alguns professores acabam considerando que não necessitam de muita atenção, deixando-os que trabalhem mais independentemente.

Ao serem questionadas se possuem formação ou alguma orientação para trabalhar com estes alunos, os professores se consideram despreparados para trabalhar como os alunos com altas habilidades/superdotação. A maioria deles diz que não têm formação específica e não procuram realizar outras leituras para complementar seus conhecimentos em relação às características ou à forma de atender a este aluno. Pode-se acreditar que isso talvez ocorra por causa do mito de que este aluno consegue se desenvolver sozinho, sem ajuda, não precisando de atendimento diferenciado. Guenther aborda que:

Muitas crianças talentosas ficam sem incentivo, desestimuladas, desanimadas e abandonam os esforços e disciplina necessários para promover o desenvolvimento de seu potencial; por isso uma boa parte do talento humano é desperdiçada, mediocrizado ou permanece sem se desenvolver. (2000, p. 51-52).

A partir deste momento, destaco a análise realizada das observações em sala de aula, que contribuem para complementar o que está sendo discutido até este momento.

Com os registros das anotações de campo, foi possível perceber que, pelos vários motivos apresentados nas entrevistas, entre eles falta de formação, alguns mitos sobre as altas habilidades/superdotação, os professores não desenvolvem atividades diferenciadas para os alunos com características de altas habilidades/superdotação, mas se esforçam para esclarecer as dúvidas em sala de aula. Além disso, como foi relatado por alguns, oferecem leituras complementares para serem feitas em casa, quando há interesse do aluno.

Conforme observação da turma da professora G., em nenhum momento a professora chamou a atenção quanto aos alunos com altas habilidades/superdotação ou salientou suas características em sala de aula. Atendeu aos alunos com altas habilidades/superdotação da mesma maneira que os demais colegas, com as mesmas estratégias pedagógicas e com os mesmos materiais.



PONTOS CONTRA

Ao observar a turma da professora M., pôde-se perceber que, ao acabarem as atividades propostas pela professora, a aluna P. passou nas carteiras de algumas das colegas para ajudá-las a fazer as atividades. A aluna ficou inquieta, caminhando pela sala, enquanto aguardava os demais colegas acabarem. Percebe-se que os professores são despreparados para atender a estes alunos, desconhecendo de forma clara o assunto. Por este motivo, acreditam que os alunos que se destacam devem seguir o ritmo da turma, realizando as mesmas atividades, o que por vezes pode levar ao desinteresse do aluno pela aula.

Guenther (2000) traz que o tempo que os alunos com altas habilidades perdem esperando os colegas terminarem as atividades precisa ser aproveitado com atividades que sejam úteis para o seu desenvolvimento.

Todavia não é fácil ocupar apropriadamente o tempo de espera, quando ele é intermitente durante um dia escolar, pois não chega a permitir engajamento em algo interessante que efetivamente beneficie a criança mais capaz. Teria que ser uma tarefa chamativa que atraia a atenção da criança, sem ser apenas 'mais do que a escola já faz', nem atividades pueris com função puramente de entretenimento. (GUENTHER, 2000, p. 260).

A autora propõe monitorias, cantinho de "que-fazer", projetos individuais, entre outras coisas que podem ser realizadas nas salas de aula para o atendimento destes alunos (GUENTHER, 2000). Além destas possibilidades, salienta-se que o mais importante é que o aluno com altas habilidades/superdotação faça parte de um ambiente estimulador e desafiante, que o instigue a buscar novos conhecimentos. Partindo destas idéias, o papel do professor em sala de aula influencia no desenvolvimento das habilidades dos alunos, sendo que o atendimento educacional diferenciado contribui com seu crescimento.

Considerações finais

A partir do que foi proposto nesta pesquisa, neste momento pretende-se traçar algumas considerações finais, conjugando os temas: altas habilidades/superdotação e gestão educacional, articulando com a inclusão educacional.

Tanto em nível de macro sistema como em nível micro, as transformações estão acontecendo, mas talvez com ritmos diferentes. As políticas públicas têm





PONTOS
CONTRA

apresentado dados que subsidiam os alunos com altas habilidades/superdotação, porém, no caso pesquisado, percebeu-se que a escola não se utiliza destas como suporte para suas práticas educacionais, nem mesmo possuem muito conhecimento do que elas prevêm.

A gestão educacional, vinculada com todo este processo, não pode ser um sistema no qual um tem o monopólio das decisões, mas um sistema que seja guiado por um conjunto de pessoas, com ideais e objetivos em comum. Com isso, o projeto político-pedagógico da escola, reconhecido como instrumento para garantia da escolarização de todos os alunos, deve subsidiar o trabalho pedagógico, referendando os objetivos principais da instituição educacional e os caminhos a serem percorridos. Assim, oferecendo, além do acesso, também uma educação de qualidade para todos os alunos, constrói-se um ambiente de respeito às diferenças individuais.

A inclusão somente poderá dar conta de seus anseios quando construir um espaço democrático para trabalhar com todos os alunos da escola, assim como reestruturar suas práticas pedagógicas, tendo em vista o respeito às diferenças de cada aluno.

Como foi possível perceber nesta pesquisa, as políticas públicas estão estruturadas salientando e apresentando dados importantes para as instituições educacionais, uma vez que garantem o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como dos alunos com altas habilidades/superdotação, o acesso à educação e a um ensino de qualidade. Esta qualidade da educação pode ser pensada a partir do estabelecimento de estratégias diferenciadas de reconhecimento, atendimento e respeito às diferenças destes alunos, por meio de adaptações curriculares, práticas diferenciadas dos professores, conforme está previsto nas legislações.

É neste sentido que não basta para o aluno com altas habilidades/superdotação a garantia de seu acesso ao ensino, caso não haja também condições para a permanência deste no processo, com uma educação de qualidade. Desta maneira, estar-se-ia, talvez, de uma forma diferente daquela que se concebe, excluindo novamente este aluno do processo educacional.

Foi possível compreender que essa limitação nas ações pedagógicas dentro do âmbito escolar está envolvida por outras questões, indo além do fato de não constar no PPP da escola. Uma delas são os mitos que ainda estão presentes no imaginário dos professores entrevistados, assim como a carência de conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, sobre as características dos alunos com altas habilidades/superdotação, as formas de atendimento e as políticas que subsidiam



estes alunos. Pode-se notar que tanto por parte da equipe coordenadora da escola como também dos professores entrevistados, existe interesse em aprofundar os conhecimentos sobre as altas habilidades/superdotação, porém, como as professoras relataram, ainda é um assunto novo e pouco conhecido e discutido na escola.

Enfim, esta pesquisa demonstrou o estudo de uma instituição escolar e como esta vem se organizando para o atendimento dos alunos com características de altas habilidades/superdotação, discutindo pontos relevantes que se apresentaram a partir das análises realizadas e apontando assim algumas sugestões para a escola.

Almeja-se que esta pesquisa possa instigar novas problematizações no campo da pesquisa científica, contribuindo para que se concretize uma educação de qualidade para todos os alunos.

Referências

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Gestão e organização do trabalho escolar: novos tempos e espaços de aprendizagem. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.) **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades: superdotação e talentos**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Superdotação e Talento**. Vol. 1. Fascículos I – II – III – IV. Leila Magalhães Santos (coordenadora), Natalícia Pacheco de Lacerda Gaioso, colaboração Vera Lúcia Palmeira Pereira. Brasília: Ministério de Educação, 1999.

_____. **Plano Nacional de educação** - Lei nº 10.172. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

GUENTHER, Zenita Cunha. **Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, Série: Caderno de Gestão, 2006.

RENZULLI, Joseph S. O Que é Esta Coisa Chamada Superdotação, e Como a Desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. In: **Revista Educação**. Porto Alegre – RS, Ano XXVII, n. 1 (52), Jan./Abr. 2004.



PONTOS
CONTRA

Nota

¹ Neste texto, utilizam-se os termos Projeto Político-Pedagógico, Projeto pedagógico-curricular e projeto da escola com o mesmo significado.

